

O “PLANETA”: APONTAMENTOS SOBRE A INVISIBILIDADE DOS NEGROS NO RS E SEUS REFLEXOS NO CAMPO DA CIDADANIA.

Ana Paula Comin de Carvalho¹

O processo de construção da identidade rio grandense enfatiza a figura do gaúcho da Campanha como o tipo representativo do Estado. Ainda que os imigrantes italianos e alemães não sejam incorporados a configuração dessa imagem, são excluídos de forma mais severa os negros e os índios (Oliven, 1996). No que tange a identidade nacional, o negro e o índio são considerados formadores, juntamente com o colonizador, de uma nova “raça”: a mestiça. Em ambos os casos, mas de formas diferentes, a população negra ocupa um segundo plano, diminuto ou simplesmente deixa de existir nas representações acerca da identidade riograndense. Frequentemente, enfatiza-se a formação luso-brasileira do Rio Grande do Sul e o valor da imigração européia. Simultaneamente omite-se a presença do negro (Barcellos, 1996). A elaboração do imaginário gaúcho sobre si mesmo exclui o negro dos estudos históricos e da própria sociedade.

Contemporaneamente, a invisibilidade a que está sujeita a população negra tem sido considerada por antropólogos como uma estratégia por parte do Estado e da sociedade brasileira em geral que visa ocultar a diversidade étnica do grupo negro. Este processo iniciou-se durante o regime escravista. A sociedade colonial brasileira procurou “suavizar” as diferenças entre as práticas culturais de brancos e negros a fim de retirar destas seu potencial político e étnico enquanto marca de alteridade. As práticas culturais dos negros passaram a ser consideradas como fruto da integração das raças, sincréticas, portanto não seriam puramente “tradicionais”, de origem. Por outro lado, a distintividade atribuída aos negros seria explicitada através da estereotipização que inclui uma homogeneização do segmento negro, tanto no que diz respeito a práticas culturais, quanto a historicidade de um segmento.

Em parte, essa invisibilidade promovida pela sociedade englobante não se dá apenas no nível das representações, mas também das relações sociais e da apropriação do espaço nos meios rurais e urbanos. Afirmo “em parte”, porque os grupos cuja identidade étnica se

¹ Bacharel em Ciências Sociais/ UFRGS. Mestranda do PPGAS/UFRGS e pesquisadora colaboradora na linha de pesquisa sobre minorias étnicas do NACI sob a coordenação da profa Daisy Barcellos.

produzem em reação a essa invisibilidade também utilizam-se dela em diversos planos de relações sociais (Oliveira Junior, 1999). É fato que a experiência antropológica com grupos indígenas detêm-se a possibilidade de atualização de distintos papéis sociais por parte dos membros do grupo a partir de outros recortes que não o étnico sem deixar de reconhecer o papel da ação invisibilizadora da sociedade englobante na definição dessa identidade. Não se atém entretanto, na análise da ação da sociedade englobante em si mesma ao ponto que a noção - singular de invisibilização – que pode descrever aspectos da atualização da identidade tanto de grupos indígenas quanto de negros – ocupa um espaço marginal nos estudos deste tema. Como afirma Souza (1998), a invisibilidade pode aparecer como alternativa de sobrevivência aos descendentes de um determinado grupo étnico diante da crença oficial de sua extinção pregressa como povo.

As identidades são resultantes dos jogos de semelhança e de diferenciação. Esses jogos são, eminentemente, linguageiros. São jogos discursivos e narrativos que vão desde um modo de contar a história (valorizando arquivos, eliminando outros, estatuindo continuidades, descontinuidades, cortes, fazendo falar certos documentos e calando outros), a produção literária e artística (cinema, vídeo, teledramaturgia), a valorização de certa produção musical popular, a produção simbólica mediática (meios de comunicação em geral) até as anedotas, piadas e ditos populares. Tudo isso conforma um modo de ver a si mesmo e aos outros. Existem portanto, modos de ver o negro que é preciso investigar (Francisco, 2000) .

A proposta deste ensaio é discutir sobre o processo de invisibilidade no qual estão inseridas as populações negras do estado do Rio Grande do Sul a partir de um estudo de caso que desenvolvi no ano de 2001, na cidade de Canoas/RS, região metropolitana de Porto Alegre (Carvalho, 2001); bem como suscitar as conexões entre este fenômeno, nesse contexto, e os limites do exercício da cidadania. Em outras palavras, como uma situação local, aparentemente singular, pode sintetizar processos sociais mais abrangentes de invisibilização e conflito social.

O grupo junto ao qual se desenvolveu esse trabalho reside num bairro de camadas médias denominado, atualmente, Marechal Rondon. Todas as pessoas dessa comunidade conhecida como “Planeta”, numa alusão ao seriado de televisão norte-americano “Planeta dos Macacos”, possuem relações de parentesco.

O “Planeta” é um terreno de vinte e dois metros de largura por cento e cinquenta e dois de comprimento, cujas testadas localizam-se em ruas distintas e paralelas. Trata-se de uma herança familiar que não foi fracionada entre seus herdeiros. A área é utilizada como local de moradia por redes familiares conectadas a esses herdeiros. As dezesseis casas construídas na área são feitas de madeira, com dois ou três cômodos. Lá vivem aproximadamente setenta pessoas negras. Em geral, as famílias são extensas contando com vários agregados. Todos os que vivem no terreno possuem laços de parentesco por casamento ou cosanguinidade. Eles têm baixa escolaridade, sendo que a maioria não completou o ensino fundamental. Suas ocupações profissionais são de baixa remuneração, prestando serviços, tais como faxineira e servente de pedreiro.

A conexidade das redes familiares se expressa também em termos religiosos. A parentela está dividida em “batuqueiros” e “evangélicos” mesmo que isso signifique que são católicos que frequentam tanto o “batuque” quanto os “evangélicos”. Existe uma casa de Nação no local e uma “mãe de santo” que é tida e vista como da própria comunidade. Em sua casa se realizam as “sessões” nos finais de semana. “Evangélicos” e “Batuqueiros” moram em lados opostos do terreno e estão conectados por uma trilha comum que dá a passagem interna entre as casas².

Durante a pesquisa, chamou-me a atenção o contraste existente entre os moradores do “Planeta” e os outros vizinhos do bairro. Enquanto os primeiros são negros, pobres, possuem poucos anos de estudo, trabalham sem carteira assinada, vivem de forma comunitária através de redes de ajuda mútua; os últimos são brancos, camadas médias, universitários, profissionais liberais, e vivem segregados em suas residências.

Essa vizinhança acredita que o “Planeta” é um local muito perigoso, habitado por ladrões e vagabundos que estariam morando ilegalmente naquela área. Coletei relatos dos

² O “Planeta” é um terreno que possui duas entradas: uma pela Rua Dona Rafaela de frente para o Parque Municipal Getúlio Vargas e a Capatazia da Prefeitura; e outra pela Rua Duque de Caxias. Isto lhe dá uma estrutura peculiar, entre as casas existem caminhos e não um terreno com um acesso único e fechado. No perímetro da propriedade, existem dezesseis casas. Entre elas forma-se um corredor que permite aos moradores do local e aos visitantes ir de uma rua a outra. As casas são, em sua maioria, de madeira. Elas não são pintadas e nem mesmo a madeira utilizada na sua construção é de um mesmo tipo. Isso confere às residências um ar de permanente construção. Os pátios têm pouca grama e nenhum calçamento, apenas terra que vira barro e lama nos dias de chuva. Pelo chão estão espalhados pequenos pedaços de telha de Brasilite, pedras, brinquedos, madeira e garrafas plásticas. No que poderíamos considerar o centro do terreno, existe um espaço arborizado onde foi colocado um sofá velho para as conversas de fim de tarde.

moradores do “Planeta” de que era fato comum os vizinhos chamarem a polícia por causa do barulho dos tambores na casa de batuque que existe no terreno. Isso cessou somente após se tomar conhecimento de que a casa tinha licença em uma confederação para funcionar.

A invisibilidade do grupo perpassa as relações com os órgãos públicos (principalmente municipais) e se expressa no descaso em relação as necessidades da comunidade no que tange aos serviços de ordem pública, com o movimento negro³ (que desconhece a existência do grupo), com os moradores do bairro e do restante da cidade (algumas pessoas acreditam que trata-se de mais uma invasão de terras na cidade) e com a Universidade local (ULBRA) que já realizou pesquisas com a comunidade sem levar em conta as suas especificidades⁴.

Ao dirigir um estudo mais aprofundado sobre a bibliografia existente que trata-se da formação da cidade percebemos novas facetas desse processo de invisibilização.

Percorrendo os indícios historiográficos:

O mito sobre a origem do nome do município de Canoas remete a figura de Antonio Gameleiro, um pardo escuro, que, aproveitando a árvore timbaúva que o temporal derrubara, esculpiu uma canoa a partir da qual a região ficou conhecida como “Capão das Canoas” (Silva, 1989)

O historiador oficial da cidade, João Palma da Silva (1989) relata em seu livro sobre as origens de Canoas que em 1884 o movimento pró-abolição da escravatura, iniciado em Porto Alegre, emancipou vários municípios, inclusive Gravataí. Ele diz ainda que:

“Em sua sede, Rio dos Sinos, o Major Vicente oferece um churrasco aos seus escravos e os põe a vontade para deixar ou permanecer na fazenda. Todos ficam, arranchando-se pelos

³ Nas últimas eleições municipais, o Partido dos Trabalhadores contou com um candidato negro a vereador. Enquanto integrante do movimento negro, este se propôs mobilizar a população negra da cidade para eleger um representante que lutasse pelos seus direitos. Ele fez várias visitas aos diversos bairros da cidade contatando com vários grupos negros: de hip hop, religiosos, etc.. Curiosamente, nunca apareceu no “Planeta” ainda que o candidato a prefeito do mesmo partido (branco e sem pretensões de pautar a questão racial no seu mandato) o tenha feito mais de uma vez.

⁴ Segundo relatos dos moradores as pesquisas eram sobre educação. As mães eram questionadas sobre a frequência das crianças na escola. A reclamação mais freqüente era de que elas não sabiam que fim tinham dado as suas declarações.

capões ou a beira das primeiras estradas, tornando-se pioneiros no povoamento urbano de Canoas. Uma petição enviada neste ano por Jorge Gothel Witrock a Câmara de Gravataí revela a existência de “muitos moradores” em Canoas.” (pp.45)

Outro fato curioso é o primeiro casamento realizado na cidade em 1909 pelo Padre Antonio Pértile. Ele consagrou o matrimônio de Bertoldo Joaquim Silveira e Castorina Lima Silveira que, nas palavras do historiador, eram “gente” de “cor”. Essa mulher ficou conhecida, na época, pelos seus poderes de cura como rezadeira.

Em outra obra de João Palma da Silva (1978) intitulada Pequena História de Canoas, encontramos um breve comentário sobre religião referente ao ano de 1944: “Também funcionam em 1944 vários centros espíritas e casas de Umbanda pela cidade.” (pp.106)

Sobre 1958 existe o relato da morte de um ex-escravo, Sebastião Coelho, que morava nos fundos da Igreja Matriz da cidade. Morreu com idade avançada (108 anos) e com fama de santo. Um número considerável de pessoas atribuem a ele manifestações milagrosas, inclusive curas. Seu túmulo, no cemitério Chácara Barreto é local de atos piedosos e de fé até os dias de hoje.

Máximo Carvalho da Silva, músico negro, tocador de bandeon, animava o cinema mudo da cidade e fundou o primeiro clube familiar do município, o 23 de julho, que funcionou até 1951 na Chácara Barreto.

Breno Mello, canoense, jogador negro campeão gaúcho pelo Renner em 1954, virou ator no filme Orfeu premiado em Cannes, na França.

Canoas possui dois clubes que reúnem a comunidade negra: o Rui Barbosa e o Castro Alves. Este último sediou os Tártaros, um dos mais antigos blocos de carnaval da cidade. Todavia, como reconhece Paulo Josué, em um artigo para o jornal Diário de Canoas, a trajetória dos negros em Canoas é muito pouco conhecida (Josué , 2000).

Ao depararmos com esses registros da historiografia local sobre a presença de negros ao longo da história da cidade poderíamos pensar que estes ocupam lugar de destaque na história do município. Porém, num material elaborado em 1998 pela Prefeitura de Canoas o item “etnias formadoras” é muito claro: lusos, italianos e alemães. Outro ponto comum entre este trabalho, produzido para apresentar a cidade, e os livros do historiador João Palma da Silva é a exaltação da figura do filho de português Francisco Pinto Bandeira considerado o povoador e colonizador de Canoas. O pioneirismo e sua valorização não é ofuscada, nem

mesmo pelo fato de este trazer consigo seis escravos para a lida em sua fazenda no município. Este fato é descrito pelo historiador mas omitido pelo documento produzido pela Prefeitura:

“Filho do português José Pinto Bandeira, Francisco Pinto Bandeira é considerado o povoador de Canoas. (...) Francisco Pinto Bandeira deu a sua propriedade o nome de Fazenda Gravataí.(...) Neste local em torno da fazenda, esboçou-se um núcleo populacional constituído de agregados e peões.” (pp.10)

Em uma publicação conjunta da Prefeitura Municipal e o Centro Universitário La Salle sobre um bairro da cidade chamado Igara encontramos a transcrição da fala de uma moradora acerca da diversidade de origens dos moradores do local:

“Como é um bairro de muitas etnias, gente de Garibaldi, Veranópolis, Antonio Prado, Nova Prata, “tutta buona gente”, está cheio. Têm poloneses, alemães, são pessoas do bairro, não grupo organizado.”

Um pouco mais adiante, nessa mesma publicação, nos deparamos com uma fotografia de uma professora da escola municipal do bairro e quatro alunas. Cada uma das crianças usa uma faixa aonde está escrita miscigenação. Dentre elas duas são negras. Na legenda temos a informação de que a professora buscou promover a consciência negra pelo enfoque da miscigenação, organizando um concurso de beleza.

É interessante notar que a diversidade étnica apontada pela moradora não inclui o negro, por que ele não é percebido como etnia, mas sim como raça.⁵ Por outro lado, como é possível promover a consciência negra pelo enfoque da miscigenação? Esta característica da formação do povo brasileiro sempre foi encarada por aqueles que pensavam a viabilidade do Brasil enquanto país como um processo onde o negro e o índio iriam, gradativamente, desaparecer, branquear. Em que sentido a miscigenação poderia remeter a uma identidade negra? E, se isso fosse possível já não deveria ter ocorrido? Os próprios negros que atuam nos movimentos de conscientização dizem que a miscigenação, o fato de o negro só querer namorar e casar com branca e a negra também, podem comprometer a existência dessa etnia enquanto tal⁶.

⁵ Nesse sentido, minha afirmação esta em consonância com as afirmações da professora Daisy Barcellos publicadas nesse mesmo volume.

⁶ O escritor Oliveira Silveira, integrante do MNU em Porto Alegre, é um dos defensores da idéia de que negro tem que namorar e casar com negro.

O conceito de cidadania tem suas origens na ciência jurídico-política. Popularmente, ele confunde-se com o conceito de nacionalidade, relacionado a titularidade de direitos políticos (votar e ser votado). No entanto, na atualidade, essa noção está intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais, tanto os de tipo urbano – onde a cidadania se entrelaça com o acesso à cidade - quanto os movimentos de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos etc. Na organização desses movimentos sociais, a luta por direitos - tanto o direito à igualdade como o direito à diferença - constituiu a base fundamental para a emergência de uma nova noção de cidadania. Esta última proporciona uma redefinição da idéia de direitos, não se limitando a conquistas legais, acesso a direitos previamente definidos, ou a implementação efetiva de direitos abstratos e formais, mas a concepção de um direito a Ter direitos aonde é possível a invenção/e ou criação de novos direitos a partir de lutas específicas e práticas concretas (Dagnino, 1994).

Como guisa de conclusão, relato o episódio em que me aventurei nos mais diversos órgãos da Prefeitura da cidade de Canoas para obter informações sobre o território que o grupo com o qual desenvolvi minha pesquisa habita. Devido ao fato do local sofrer uma grande especulação imobiliária, tocar na questão da propriedade da terra junto aos moradores do Planeta era muito difícil. Eles sempre afirmaram que a área era herança, mas nunca me mostraram nenhum documento. Eu deduzia que se houvesse alguma irregularidade na ocupação as empreiteiras que cobiçavam comprar o terreno já teriam feito uso disso para forçar a negociação. Todavia, resolvi averiguar a situação junto a Prefeitura. Eu não sabia muito bem por onde começar, uma vez que a lógica administrativa local me era estranha. Primeiramente, me dirigi a Secretaria de Habitação e Planejamento por indicação de um vereador. Lá conversei com um arquiteto que me garantiu que a área não era irregular, por que se fosse ele deveria saber. Inclusive ele fez uma alusão a valorização dos terrenos naquela zona, dizendo que não demoraria muito para que o grupo vendesse a área. Relatou-me que era comum que com a morte dos mais velhos, os jovens se desfizessem da propriedade. Nas suas palavras: “... era só uma questão de tempo.” Nesse sentido, a intervenção da Prefeitura era desnecessária. Mais dia, menos dia, o “Planeta” iria desaparecer. Por fim, ele me recomendou um contato junto ao setor de taxação do imposto territorial urbano. Chegando lá não tive muita dificuldade em ter acesso a plantas antigas onde constavam os nomes dos proprietários. Não fui autorizada a tirar cópia, mas pude anotar os dados que quizesse.

Em outras palavras, a vulnerabilidade no resguardo desses papéis, parece corresponder a vulnerabilidade desse grupo com relação ao acesso aos códigos dominantes, da escrita e da possibilidade de inscrever-se como parte da história de Canoas. Potencialmente, sua afirmação como parte da trajetória do próprio município tem sido reescrita, e sua presença, reelaborada exteriormente como provisória, residual ou potencialmente ilegal.

Ao narrar esse fato meu intuito é tecer algumas relações com a questão do exercício da cidadania. É claro que falo de um caso muito particular, mas que pode ajudar a iluminar questões mais amplas. Como ser cidadão, quando se é sistematicamente ignorado? Qual é a idéia de cidadania que está em jogo, e como o Estado (representado aqui pela estância municipal) e negros (os moradores do Planeta) estão pensando e acionando este conceito? Para a Prefeitura, a partir da leitura do discurso do arquiteto e de outros funcionários com quem mantive contato, esses negros não são cidadãos. São um resquício de um período rural do município que não condiz com o ideário urbano moderno. Não é preciso se preocupar com eles, com políticas públicas específicas voltadas a essa população por que, fatalmente, seu destino é a mudança para a periferia.

Todavia, penso que esta não é a mesma opinião dos moradores do Planeta. Cito aqui a reivindicação das mães do local para a colocação de “tartarugas” (redutores de velocidade) na rua em frente ao terreno, que diminuiriam a velocidade dos carros, protegendo pedestres e evitando o atropelamento das crianças. A resposta dos órgãos públicos foi de que esta era uma via expressa que ligava o novo bairro Moinhos de Vento com a BR 116. Portanto, não havia necessidade dessa medida. Afinal, a rua ligava um loteamento nobre a cidade de Porto Alegre. Por que torná-la mais segura para crianças pobres e negras que, entrelinhas, não deveriam estar lá? Obviamente que essas entrelinhas são interpretação de minha responsabilidade exclusiva. Nenhum dos atores envolvidos expressou isso diretamente. Na verdade, trata-se de um jogo de queixas mútuas aonde questiona-se a legitimidade da reivindicação. Leia-se, de modo mais ameno, que a modernidade deve ser preservada e os cidadãos devem conformar-se as necessidades urbanas.

Nessas batalhas cotidianas, uma de minhas informantes reclamou das dificuldades em matricular a sua filha na pré-escola que ficava no Colégio municipal ao lado do terreno. Resumidamente, ela disse que a direção da escola exigia muitos papéis e material, mas que, na verdade, o que ocorria era que agora o colégio era frequentado por outro tipo de aluno. Por

isso as crianças mais pobres e, principalmente negras, eram direcionadas a outras instituições mais distantes com a alegação de que não haviam vagas.

Nesses acontecimentos aparentemente rotineiros, quero demonstrar como o processo de invisibilidade, entre não ditos e sub-entendidos, pode-se estar calando ou restringindo o acesso dessas pessoas ao mundo dos direitos.

É possível mostrar uma contínua invisibilização da presença do negro no município através das diversas narrativas e discursos que omitem a sua participação na história da cidade. A invisibilidade social a que está sujeita a população negra e, mais especificamente, os moradores do “Planeta” na cidade de Canoas não implica que a sociedade, os vizinhos do grupo não expressem opiniões e ações em relações a este. Como já foi dito anteriormente, o local é conhecido como “Planeta”.

A designação expressa a forma como os vizinhos conhecem o local: como um lugar onde moram muitos negros, um verdadeiro planeta “deles” dentro do bairro. Além de ser uma conotação estigmatizante, ela implica num reconhecimento de uma convivência coletiva de um grupo étnico numa área delimitada. Outrossim, existe uma Casa de Batuque no “Planeta”. Essa Casa já foi alvo de visitas da polícia que foi acionada pelos vizinhos próximos. Tal situação só foi resolvida com a regularização da Casa numa Federação.

Esses processos de invisibilização não se estendem a todas as áreas de interação social, mas concentram-se naquelas em que existe um reconhecimento, um status, um prestígio social envolvido, bem como direitos relacionados ao exercício da cidadania – que aqui está sendo pensado como direitos a Ter direitos.

Concluindo, longe de esgotar a discussão, a análise desse caso traz a tona elementos que podem estar sendo acionados através de documentos, discursos e narrativas para conformar um imaginário social sobre a composição populacional do Estado e configurar uma identidade regional, bem como restringir as possibilidades de exercício da cidadania não somente enquanto reconhecimento da igualdade em termos de direitos, mas enquanto afirmação da diferença, da especificidade. Sabemos que hoje as comunidades negras rurais, através do artigo 68 e de contextos políticos muito particulares, tem uma via de expressão de

suas reivindicações, um espaço onde suas demandas, sua busca pelo direito de Ter direitos é considerado legítimo⁷.

Todavia, as comunidades negras urbanas vivem uma realidade muito diferente. A discussão se limita a implantação de cotas em universidades, quando, na verdade, os problemas enfrentados por esta população ocorrem muito antes do ingresso no nível superior, em batalhas cotidianas que envolvem a residência, sua relação com a vizinhança e os equipamentos urbanos.

Fica explícita a necessidade de que sejam desenvolvidos mais estudos sobre o negro no Rio Grande do Sul que busquem trazer a tona outras vozes, outras histórias, e que desvelem as relações de poder que criam-se e recriam-se tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo das interações sociais.

Bibliografia:

BARCELLOS, Daisy Macedo de. Família e Ascensão Social de Negros em Porto Alegre. Rio de Janeiro. UFRJ- Museu Nacional.1996. (Tese de Doutorado em Antropologia)

CARVALHO, Ana Paula Comin de .“Planeta”: família negra, invisibilidade, territorialidade e etnicidade, na cidade de Canoas/RS. Porto Alegre. UFRGS. 2001 (Trabalho de Graduação)

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. Org. Evelina Dagnino, Ed. Brasiliense,1994.

FRANCISCO, Dalmir. Comunicação, identidade cultural e racismo. In: Brasil Afro-brasileiro. Org. Maria Nazareth Soares Fonseca. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

⁷ Artigo 68 do ADCT, incluído na Constituição Federal de 1988: “ Aos remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva,devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.”

OLIVEIRA JÚNIOR, Adolfo Neves de. A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação. In: Brasil: um país de negros? Org. Jeferson Bacelar e Carlos Caroso. Ed. Pallas. RJ.1999.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade. Org. Ilka Boaventura Leite. Letras Contemporâneas. SC.1996.

SILVA, João Palma da. As origens de Canoas. Conquista – Povoamento-Evolução. Canoas. Ed. La Salle.1989.

_____.Pequena história de Canoas. Cronologia. Canoas. Ed. La Salle. 1978.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. Aos Fantasmas das Brenhas: Etnografia , invisibilidade e etnicidade de alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul). Porto Alegre/RS. UFRGS.1998.(Tese de Doutorado em Antropologia.)

Canoas – Informações, dados , números. Junho de 1998. Editado pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral e orçamento. Departamento de apoio administrativo e de informações.

Canoas – Para lembrar quem somos. Igara. Um bairro multifacetado. Coord. Rejane Penna. Editado pelo Centro Universitário La Salle e a Prefeitura Municipal de Canoas, 2002.

Negros de Canoas. Paulo Josué. Diário de Canoas, 20/11/2000.